

Eixo Temático

9. Política Educacional

Título

A EDUCAÇÃO BAIANA EM TEMPOS DE DITADURA: NOTAS DE UM PRIMEIRO LEVANTAMENTO DOCUMENTAL

Autor(es)

Daniela Moura Rocha de Souza¹
Mércia Caroline Sousa de Oliveira²
Lívia Diana Rocha Magalhães³

Instituição

UNICAMP/UESB

E-mail

danyopera@yahoo.com.br

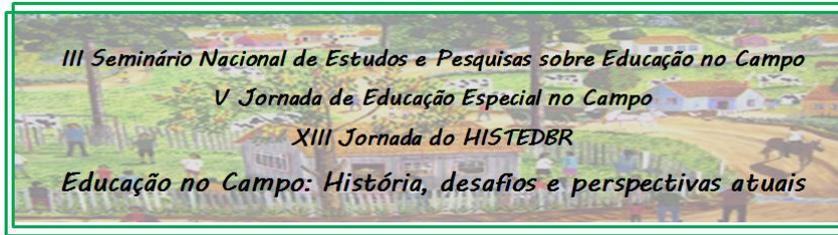
merciacaroline00@gmail.com

lrochamagalhaes@gmail.com

¹Doutoranda em Educação pela UNICAMP, Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB, Membro dos grupos de estudo e pesquisa: História e Memória das Políticas Educacionais e trajetórias sócio-geracionais; e História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR. Bolsista da Capes. danyopera@yahoo.com.br

² Graduanda em Pedagogia pela UESB, Bolsista de Iniciação Científica da FAPESB pelo projeto: *Processos autoritários e ditadura militar: sua incidência sobre o passado e o presente da educação baiana*, sob a coordenação da Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães. Membro do grupo de estudo e pesquisa: História e Memória das Políticas Educacionais e trajetórias sócio-geracionais. merciacaroline00@gmail.com

³ Doutora em Educação pela UNICAMP com Pós-Doutorado em Psicologia Social pela UERJ, Professora Plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Coordenadora Geral do Museu Pedagógico/Uesb. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Memória: Linguagem e Sociedade - UESB. lrochamagalhaes@gmail.com (orientadora)



Palavras-chave

Política Educacional; Fontes Documentais; Ditadura Civil-Militar.

Resumo

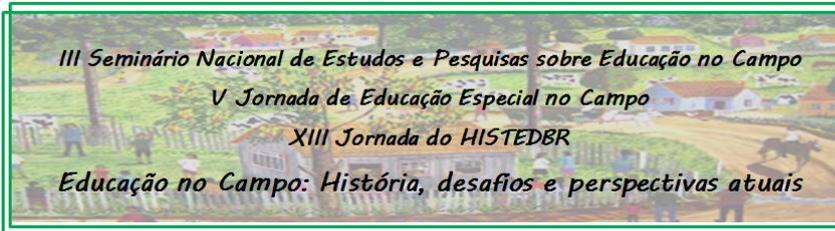
No presente texto apresentamos um esboço de uma parte da documentação analisada proveniente da pesquisa *Processos autoritários e ditadura militar: sua incidência sobre o passado e o presente da educação baiana* trazendo expressões da política educacional baiana, entre as décadas de 1960 a 1980, por meio das fontes levantadas, sua repercussão no município de Vitória da Conquista e outras localidades do Estado, bem como a resistência oferecida pela UFBA e pelo movimento estudantil, reivindicações e um mapa das discussões acerca da educação na Bahia durante o período em foco.

Texto Completo

Introdução

A pesquisa *Processos autoritários e ditadura militar: sua incidência sobre o passado e o presente da educação baiana* é um recorte do Projeto Educação, Memória e História da Bahia: Processos Autoritários e Ditadura Militar (1964-1985), que tem o objetivo de rastrear, catalogar e analisar fontes documentais em acervos públicos e privados localizados na cidade de Vitória da Conquista - BA, no que tange a política educacional baiana, entre as décadas de 1960 a 1980 bem como os fatores que contribuíram para a efetivação desta política nos âmbitos local/regional.

Essa pesquisa proporcionou um maior entendimento da política educacional durante a ditadura civil-militar no município de Vitória da Conquista, uma vez observado que as notícias sobre a educação daquele momento parecem indicar que continuam sendo consideradas no presente: aumento de escolas, preocupação com a educação de jovens e adultos, com ensino técnico etc., naturalmente guardadas as suas diferenciações políticas e didáticas, como também propiciou o levantamento e a organização de importantes fontes para o estudo da História da Educação no período em foco, reunindo documentos espalhados por vários lugares.



Como resultado dessa pesquisa identificamos 24 livros de atas da Câmara municipal local, 30 caixas de documentos que incluem decretos, projetos de lei e resoluções municipais, 46 encadernações de jornais referentes ao período pesquisado e 16 registros fotográficos. Encontramos alguns exemplares dos jornais estudantis baianos: Inimigos do Rei (Salvador-Rio-SP), Viração (Salvador), Cálice (Vitória da Conquista), O Constituinte (Muritiba), Nova Ação (Salvador), Faca Amolada (Salvador), Voz estudantil (Vitória da Conquista), Feijão (Salvador), Dimensão (Itapetinga), Fifó (Vitória da Conquista).

Pretendemos nesse texto, apresentar expressões da política educacional baiana entre as décadas de 1960 a 1980 por meio das fontes levantadas, sua repercussão no município de Vitória da Conquista e outras localidades do Estado, bem como, a resistência oferecida pela UFBA e pelo movimento estudantil, reivindicações e um mapa das discussões acerca da educação no período em foco.

Breves considerações acerca da educação na Bahia por meio das fontes documentais

Ao compararmos as propostas das reformas 5.540/68 e 5.692/71, juntamente com a Lei Orgânica do ensino de 1967 e o Estatuto do Magistério de 1968, verificamos que estas previam uma reforma em todos os âmbitos da educação nacional e estadual, e tinham como objetivo a democratização física das escolas de nível básico, a erradicação do analfabetismo e a reconfiguração do ensino superior, que previu a ampliação de vagas nessa modalidade de ensino no setor privado.

A expressão baiana da Política educacional brasileira foi o Plano Integral de Educação e Cultura – PIEC (1969a, 1969b), elaborado pelo então secretário de Educação Luís Augusto Fraga Navarro de Britto. Por meio da análise das fontes documentais verificamos a incidência de tal política na cidade de Vitória da Conquista que informam acerca das mudanças curriculares na educação básica, criação de escolas técnicas, a exemplo dos Centros Integrados de Educação e Colégios Polivalentes, oferta de créditos educativos e a implementação de programas compensatórios como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

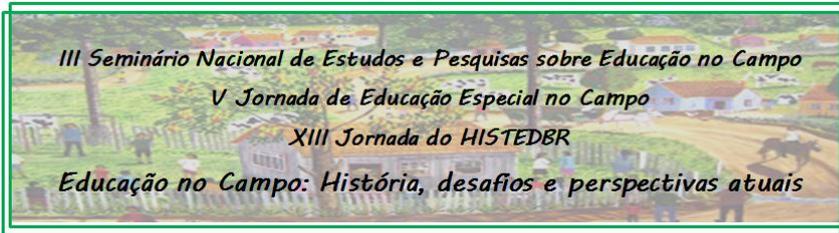
**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



O MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) surge como prioridade entre as demais políticas, com a tarefa de promover educação continuada e a alfabetização funcional de adultos, notícias de jornais durante toda a década de 1970, trazem informes acerca de cursos profissionalizantes, balcões de emprego e alfabetização (Tribuna do café, 21/07/1978; 05/07/1978); havendo registros fotográficos do Encontro de presidentes e representantes do MOBRAL assinando o convênio para a segunda etapa da alfabetização (APMVC, fotos, 1972). No entanto, a partir de 1975 já é possível ver através notícias, críticas a esse programa como o do Jornal Opinião, que na edição publicada no dia 31/10/1975 informa que o “MOBRAL não é mais aquele” e traz relatos de professores sobre o desempenho do programa (Jornal Opinião, 1975; Tribuna do Café, 05/07/1978 e 21/07/1978).

Ao analisarmos os livros de atas da Câmara Municipal, verificamos que no ano de 1967, foram encontrados projetos de lei com a denominação das escolas criadas pelo decreto n. 436 (APMVC, Projeto de lei, 1967), que definia a criação de escolas municipais em lugares específicos, aumentando o número de auxiliares de ensino no município. Ainda na mesma ata, pode-se ainda observar o registro de criação de mais 3 escolas municipais no interior deste município, além de reclamações referentes a designação e destinação de verbas à prédios escolares e a falta de assistência às escolas dos distritos (APMVC, livro de ata 1967). Tais reivindicações ainda persistem no ano de 1970, quando são apresentados novos pedidos de verbas para reformas de prédios, e aquisição de móveis escolares (APMVC, livro de ata de 1970; Jornal de Conquista, 20/06/1970).

O ensino superior no País também foi reformado. Através da Lei nº 5.540/68, eliminou-se a cátedra, houve a fragmentação das Faculdades por disciplinas, que passaram a contar com um sistema de créditos, áreas especializadas do conhecimento, unificação do vestibular, se tornando um exame de caráter classificatório que atribuía aos candidatos a responsabilidade pela inclusão ou exclusão deste na universidade, uma vez que o vestibular deixaria as vagas existentes disponíveis para todos, dependendo somente da “vontade e capacidade” de cada um, inserindo assim um pensamento meritocrático como uma forma de ocultar a insuficiência de vagas ofertadas para o ensino superior.



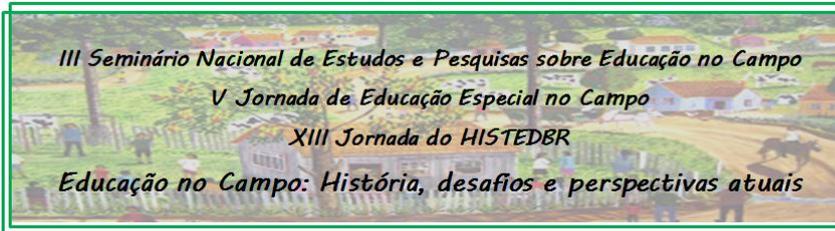
Tal reforma, implicou também em uma mudança de configuração no quadro profissional do professorado de 1º e 2º graus, uma vez que foram criadas várias Faculdades de Formação de Professores como medida conciliar entre a formação de um quadro docente que atendesse à nova demanda prevista na 5.692/71, que reformou o antigo ginásio, ampliando a escolaridade obrigatória no País.

Na Bahia, também verificamos poucas obras publicadas que tratam da questão da educação em tempos da ditadura nesse Estado, sobretudo, no que tange a trajetória da UFBA, que foi a instituição de ensino que capitaneou a resistência ao regime imposto e trazem em algum capítulo ou tópico o foco para os estudantes como UFBA: trajetória de uma universidade 1946-1996 organizada por Edivaldo Boaventura (1999), que foi o secretário de educação em 1971, trazendo oitenta e dois (82) artigos, de docentes e ex-alunos da UFBA, sendo nove (9) artigos voltados para os estudantes onde não é mencionada nenhuma resistência ou oposição pelos mesmos durante as décadas de funcionamento desta universidade. É como se ambas tivessem passado a quilômetros de distância dessa instituição.

Também nos deparamos com outra obra UFBA na memória: 1946-2006 produzida pela professora Maria Inês Corrêa Marques, a partir de sua tese de doutoramento, que traz narrativas vivenciadas da existência da UFBA durante sessenta anos de vigência, e em um de seus tópicos menciona a resistência estudantil na UFBA, sobretudo, no período ditatorial, a partir de registros retirados em jornais, entrevistas, dissertações e teses, porém, trata da questão de maneira superficial, centrando mais suas análises no movimento estudantil no Brasil e poucos traços na Bahia.

Na realidade desde 1961, quando foi realizado na Bahia o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, organizado pela UNE, os estudantes discutiam uma reforma universitária voltada para as necessidades do povo brasileiro, inclusive produziram a Declaração da Bahia que atualizou o Plano de Sugestões para a Reforma Educacional Brasileira que fora aprovado no II Congresso Nacional dos Estudantes realizado durante o período do Estado Novo.

Nesta época, apenas 1% da população baiana tinha acesso ao ensino superior, os estudantes reunidos no seminário criticavam o elitismo da universidade e a falta de democracia interna nas instituições. A experiência da organização das greves baianas,



instauradas a partir de 1962, como formas de lutas e resistência, nesse período, foi fortemente influenciada pelo marco de duração da longa experiência argentina de Córdoba, em 1918.

Quando foi instalado o regime ditatorial na Bahia a perseguição aos estudantes foi intensa “[...] foram caçados em assembleias, nos Diretórios Acadêmicos (DA), em suas residências. Os perseguidores eram implacáveis com os livros, os relatos [...] descrevem fogueira de livros” (MARQUES, 2010, p.203).

Enquanto isso as congregações das faculdades (de ciências econômicas, filosofia, medicina, etc.), reforçaram as iniciativas de solidariedade do Conselho Universitário da UFBA com o novo contexto, apresentando documentos publicados na imprensa, como o jornal A Tarde, veículo ligado a ARENA, com o seguinte teor, representando a coletividade do corpo docente desta instituição:

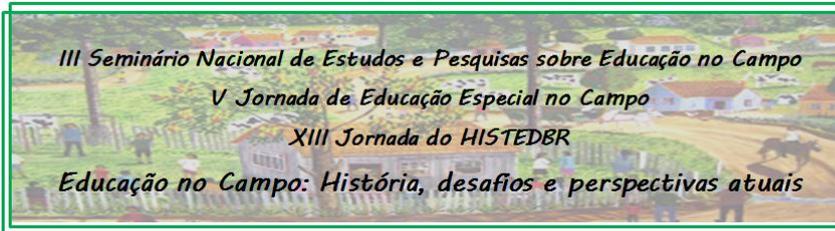
Os professores, na sua unanimidade, expressaram a satisfação com que receberam a vitória da democracia no Brasil, ameaçado como estava pela subversão dos mais comensuráveis preceitos de liberdade e dignidade humanas. Num preito de justiça e de respeito à verdade foi realçada a preponderante e decisiva atuação das classes armadas, que num gesto de acendrado patriotismo salvaram a nação dos ominosos dias que a aguardavam. A examinar a situação da escola no período que antecedeu à fase atual, os professores unanimemente, condenaram com veemência os fatos que se vinham verificando no seu seio, onde um grupo exaltado de comunistas simpatizantes, constituindo embora uma pequena minoria contribuía com a sua indisciplina e desrespeito aos professores para comprometer-se o conceito daquele instituto de ensino.[...] (A TARDE, 1964 apud BRITO, 2008, p.79).

Apesar desse relato, conforme esclarece Brito (2008), houve professores que foram solidários com o ME, como por exemplo, o prof. José Calazans que era o diretor da Faculdade de Filosofia na época, porém, segundo ele, não eram apoios explícitos e nenhum quis se indispor diretamente contra o regime de ordem. Quando verificamos os depoimentos de professores, na comissão da verdade instalada na UFBA em 2014, que sofreram a repressão observamos que essa afirmação, não se confirma, uma vez que houve professores que resistiram, foram cassados, presos em decorrência da perseguição.



Sobre a resistência do movimento estudantil na Bahia, dentre os poucos trabalhos existentes, o mais significativo, a nosso ver, é o de Antônio Brito (2003; 2008), que apresentou uma dissertação de mestrado em História e depois, na continuidade, uma tese de doutorado também em História, ambas na UFBA, sobre a resistência no movimento estudantil (ME) nesta instituição entre 1964 e 1968, a partir de fontes jornalísticas, atas de conselhos, e, sobretudo, entrevistas com 17 militantes do movimento da época, pontuando a influência da esquerda no mesmo, por meio da Ação Popular (AP), do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Política Operária (POLOP) e da Esquerda Independente (EI), organizações que atuaram no ME de Salvador. Com isso, é importante destacar que o ME da Bahia era heterogêneo no plano da sua base social e de sua direção política, daí a emergência de algumas divergências estratégicas sobre a questão da luta estudantil e as táticas de comando, embora houvesse um compartilhamento de traços de uma cultura política comum entre essa militância.

Em aliança com a universidade, sobretudo com a UFBA, que era a instituição que mais protagonizou esse cenário de luta, o Colégio Central da Bahia, o tradicional colégio secundarista público de Salvador próximo de algumas faculdades, foi um dos epicentros do ME em Salvador, marcado pela atuação de um grupo de militantes do PCB os quais consideravam que a luta política naquele momento passava pela cultura. Apesar de alguns jovens de outros colégios como Instituto Central de Educação Isaías Alves, Pinto de Carvalho, Teixeira de Freitas, João Florêncio Gomes, Severino Vieira e Escola Técnica Federal da Bahia (antigo CEFET e atual IFBA), foi o Colégio Central o centro irradiador do movimento secundarista contrário a ditadura. Defendendo a liberdade de expressão a todo custo, a maneira que os estudantes secundaristas encontraram de se opor ao regime, foi por meio da encenação de peças teatrais. Com o veto do diretor do Colégio Central que proibia a apresentação da peça “aventuras e desventuras de um estudante” uma insatisfação tomou conta dos estudantes que tentou apresentar a peça na residência dos universitários. Como consequência a ação militar invadiu a residência estudantil, espancando e ameaçando jovens secundaristas e universitários que na radicalização do conflito se manifestaram em frente a reitoria



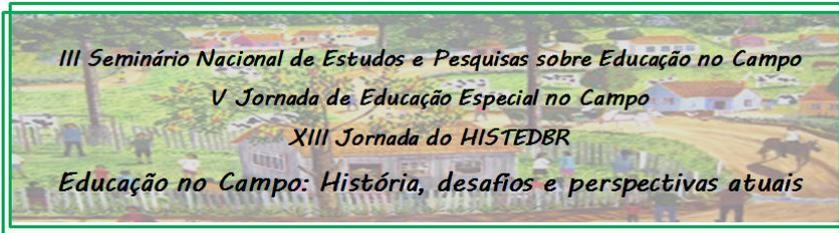
protestando contra a violência policial (BRITO, 2003; 2008; DIAS, 2014, SILVA, 2003).

Dentro do movimento secundarista, de acordo com Silva (2003), foi criado no Colégio Central um Conselho de Representações de Salas com o objetivo de encaminhar as reivindicações dos estudantes para a direção do colégio e, depois de sua dissolução, o Grêmio Estudantil, cujas reuniões em diversas escolas formavam entidades baianas que ganharam conotação político-ideológica de oposição ao regime. As principais foram a Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas (ABES), a União dos Estudantes da Bahia (UEB) ambas em consonância com a União Nacional dos Estudantes (UNE). Paralelo à movimentação do grêmio estudantil, um grupo composto por Sérgio Landulfo Furtado, Chantal Russi, Carlos Moreira Villanueva e outros estudantes, criaram um grupo de estudos no Colégio Central para discutir a filosofia marxista e também organizar os encontros e manifestações de rua, onde

As discussões teóricas eram intensas nesse grupo e ocorriam no grêmio e nas praias de Amaralina, Itapuã, Boca do Rio e Jardim de Alá. [...] os principais autores e objetos de análise: Lênin, Marta Harnekcher, Régis Debray, assim como os livros Princípios Fundamentais de Filosofia de Georges Politzer e Fundamentos de Filosofia de Yuri Afanassiev (SILVA, 2003, p. 42).

Os estudantes secundaristas universitários sofreram mais a influência do PCB, contudo, outros também atuaram em outras organizações como a Ação Popular (AP), nascida da esquerda católica, que posteriormente se aproximou do PCdoB, como também do POLOP, DI-BA, MR-8 e PCBR. 1967 e 1968 foram os anos de maior mobilização estudantil em Salvador, contra a Lei Orgânica do Ensino e contra os acordos MEC-USAID, ambas consideradas inadequadas para a realidade brasileira e baiana por criar uma série de problemas para o desenvolvimento cultural e dificultar o acesso do estudante pobre a escola (SILVA, 2003).

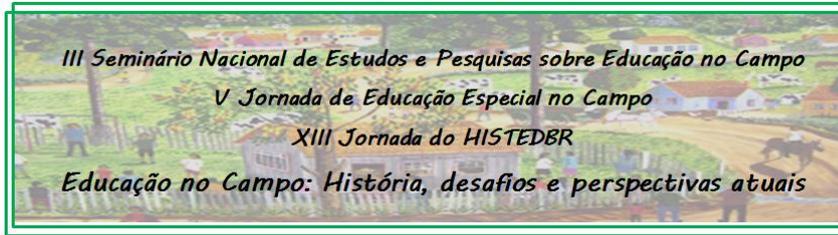
Naquela altura, o reitor da UFBA era o professor Albérico Fraga, que deixou a reitoria em janeiro de 1966, para o professor Miguel Calmon, o qual assumiu a mesma entre os anos de 1966 e 1967, nomeado pelo presidente Castelo Branco. Em sua gestão, ele buscou viabilizar a reforma da UFBA em parceria com agências estadunidenses, e



também tinha a eminência de propor um diálogo de trégua com o movimento estudantil. Nesse ínterim, em Salvador, o ME estava com muitos dos seus líderes presos ou perseguidos, tentava se reorganizar, e a iniciativa partiu do DCE UFBA e contou com 14 diretórios da UFBA, e da UCSAL e 6 das escolas independentes, cuja principal resolução foi lutar contra a Lei Suplicy, que estava em consonância com a UNE nacional. No caso da UFBA, a decisão majoritária foi agir por dentro dos DA's enquadrados na lei, com o receio de punição aos estudantes que não participassem do pleito.

Na perpetuação do ciclo repressivo em Salvador, em setembro de 1966, a UEB realizou um congresso na residência universitária da UFBA, aprovando uma greve de 48 horas em protesto contra a violência policial a estudantes paulistas e contra a cobrança de anuidades. Cumprindo a orientação da UNE em instituir o 22 de setembro como o Dia Nacional Contra a Ditadura, ficou deliberada a organização de uma passeata neste dia. Em sua véspera, estudantes se reuniram na Faculdade de Filosofia da UFBA, confeccionando cartazes para a referida passeata, mas a manifestação foi duramente reprimida, vinte estudantes foram presos, três ficaram feridos com cassetetes e um a bala, conforme notas publicadas no jornal A Tarde, e alguns tentaram se esconder, em vão, dentro do Mosteiro de São Bento, quando foram surpreendidos pelos tiros vindos de policiais dentro do mosteiro. Foi por conta desse acontecimento que professores, sobretudo, das Faculdades de Filosofia, Administração e Medicina manifestaram apoio aos estudantes, escrevendo um manifesto, pedindo o fim da violência contra os estudantes, que contou também com a assinatura de intelectuais e artistas baianos (BRITO, 2003; 2008).

Quando o professor Roberto Figueira Santos assumiu a reitoria da UFBA, em 1967, tentou amenizar a situação com os estudantes, assumindo a reestruturação universitária e anunciando sua discordância a alguns pontos em comum com os estudantes, como a não cobrança de anuidades, e a não transformação da universidade em fundação. Apesar de ter havido algumas mobilizações estudantis, incluindo uma greve geral de 24 horas, com ocupação nas Faculdades em 1968, durante a sua gestão, no momento em que a polícia invadiu os campos ele intermediou junto a Secretaria de Segurança Pública a liberação dos estudantes presos, criticando a invasão policial, e



pedindo calma ao ME. Outros conflitos também surgiram, quando Roberto Santos alegava que a reforma universitária da UFBA era inspirada na reforma da UNB, e os estudantes “acusavam a reforma de ter sido pouco divulgada e ser inspirada numa orientação imperialista” (BRITO, 2008, p.157).

Dessa forma, unindo secundaristas e universitários contra a Lei Orgânica do Ensino da Bahia de 1967:

Os estudantes dos Colégios Isaías Alves, Colégio da Bahia (Central), Severino Vieira, Teixeira de Freitas e Pinto de Carvalho procuraram deputados, lançaram manifestos e fizeram protestos contra a Lei do Ensino em apreciação na Assembleia Legislativa. Receberam irrestrito apoio dos estudantes da Faculdade de Filosofia, da Escola de Teatro e de outras faculdades da UFBA e da Universidade Católica que se manifestaram com faixas e cartazes pelas ruas da cidade. Alguns segmentos da sociedade local se mobilizaram, como em raras vezes durante a ditadura, para apoiar a causa dos estudantes (DIAS, 2014, p.205).

Integrados ao movimento estudantil nacional, a situação que, já era tensa, ficou ainda mais complicada, na ocasião da morte do estudante secundarista carioca Edson Luís. Estudantes baianos se solidarizando com o fato, decidiram ir para as ruas fazendo passeata e carregando as faixas: “policia mata estudante” e “verbas para as armas, morte para o povo”. Com isso, o ritual de protesto em Salvador, assim como em toda parte do país teve repercussão negativa para os militares, o que preocupava os governadores dos Estados e os secretários de segurança (DIAS, 2014, p.206).

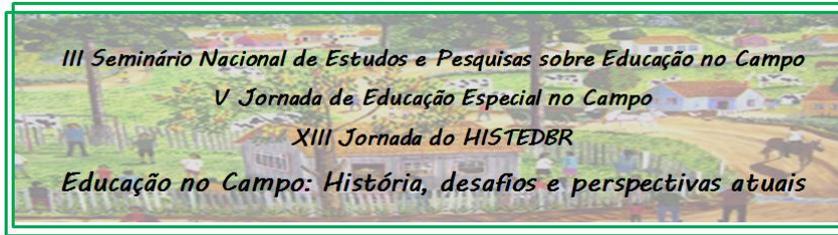
Contrários ao acordo MEC-USAID, estudantes da UFBA e da UCSAL, invadiram o prédio da Comissão Executora deste convênio, aos gritos de “abaixo MEC-USAID”, ateando fogo nas instalações, saqueando e queimando arquivos e documentos (SILVA, 2003).

De acordo com Dias (2014):

na quinta feira, dia 03 de junho de 1968, os estudantes universitários, reunidos em assembleia geral, na Faculdade de Medicina, decidiram elaborar um documento de reivindicações e apresentá-lo ao reitor. Deliberaram também por uma passeata de protesto contra o corte de verbas e a crise na Universidade. O ato “pacífico” recebeu permissão do governo estadual, contou com apoio de padres, intelectuais, professores e da população. Aos gritos de “Abaixo o MEC-USAID”, cerca de três mil estudantes se concentraram na Praça da Sé e de lá saíram pelas ruas, portando faixas e cartazes de protesto contra o

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015





governo, até o Campo Grande. No trajeto, picharam ônibus, carros, casas comerciais e prédios públicos com frases como: “viva a guerra popular” ou “abaixo a ditadura” (p.206, grifos nosso).

De acordo com Medeiros e Castanho (2014), os estudantes dividiam-se quanto à reforma, tanto em relação ao “ir ou não ir” ao encontro proposto pelo Ministro da Educação a fim de realizar um diálogo, quanto ao seu caráter e conteúdo, uma vez que cada grupo passou a definir o seu modelo de universidade: que atendesse as necessidades do povo, das classes médias e das camadas oprimidas. Uns adotavam o lema: “Universidade Livre, Democrática e Progressista”, outros, “Universidade Popular, Autônoma e Democrática”, outros reivindicavam uma “Universidade Livre” e havia aqueles que defendiam a “Universidade Crítica”.

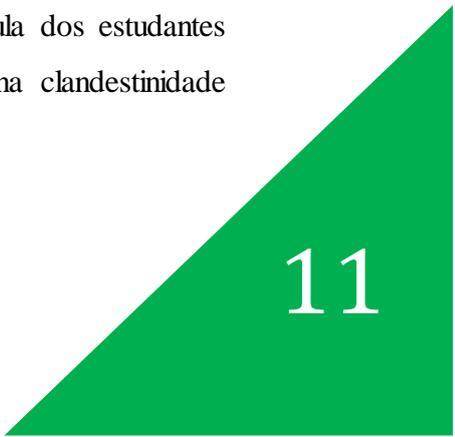
Em junho de 1968, a UFBA, foi novamente paralisada por professores e estudantes devido ao corte de verbas, e, apesar das verbas suplementares conseguidas pelo reitor Roberto Santos junto ao governo federal, a incredulidade estudantil se fez presente por considerar a reforma universitária como entreguista, privatista e imperialista.

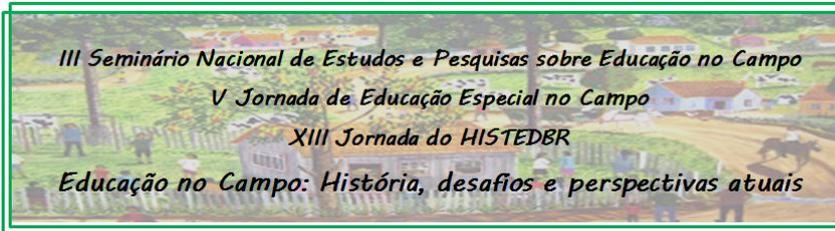
O governo, tentando apaziguar as relações, por meio do seu secretário de educação Navarro de Britto, distribuiu uma nota em julho de 1968 proibindo as passeatas estudantis e enquanto isso as ruas parecendo campos de guerra, eram tomadas por militares, agentes do DOPS, policiais civil, municipais e federais em confronto com os estudantes (DIAS, 2014).

Esses e outros tantos atos de rebeldia contra a ditadura na Bahia, não deixaram de ter repercussões por toda a sociedade baiana e demonstram que, até o último momento, grupos de oposição resistiram ao Estado de Exceção.

Apesar disso, com o decorrer dos fatos e endurecimento do regime pós AI-5 e pós decreto 477, com a infiltração de policiais no cotidiano universitário, por mais que as entidades estudantis tentassem continuar sua organização, com passeatas e greves, o esfacelamento do ME foi notório, gerando um clima de medo e sensação de onipresença da repressão e da vigilância. Houve a cassação do direito de matrícula dos estudantes considerados mais perigosos e aos insatisfeitos restou a resistência na clandestinidade (BRITO, 2003; 2008).

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015





É importante destacar, conforme menciona Brito (2008), que embora tenham sido pouco expressivos socialmente, há de se considerar a existência de gestos de apoio ao golpe civil-militar, patrocinados por estudantes da UFBA, principalmente dos cursos de Direito e Medicina, o que demonstra também a heterogeneidade no meio estudantil. Ainda nessa direção, Dias (2014), aponta que algumas entidades estudantis como “o Movimento Universitário Democrático (MUD), a Associação Soteropolitana de Estudantes Secundaristas (ASES) e o Movimento Estudantil Patriótico (MEP)” (p.200), convocaram voluntários para apoiar as Forças Armadas e lutar contra o comunismo que estava infiltrado no movimento estudantil.

Ao verificarmos as notícias dos jornais estudantis baianos que localizamos, notamos que, em sua maioria, apresentavam uma tendência política contrária ao regime ditatorial, sendo de origens sindicais, estudantis, filiados ao MDB, PC do B, ou ainda de outras vertentes opositoras. A seguir apresentamos algumas notícias encontradas que focam suas análises na educação, resistência e luta pela anistia.

No jornal Inimigos do rei de Salvador, as notícias giravam em torno da censura e desrespeito aos direitos humanos das minorias oprimidas, violência; crítica aos rumos que a UNE estava tomando (1968), A problemática sobre o Estado, nos mais variados aspectos, de como este apresentava-se historicamente, ou seja, se feudal, monopolista, burguês, operário, etc., e até que ponto este interferia no Sistema Cultura, a ponto de atrasar, enterrar, corromper, ou mesmo liquidar todo complexo cultural (1978).

No Jornal Viração de Salvador, era eminente a defesa pela residência estudantil, inclusive uma só para mulheres, crítica a censura, defesa do centro estudantil, nota sobre a paralização de oito professores de Economia que por meio de uma greve de dois dias chamaram a atenção da universidade e da imprensa denunciando a realidade negativa que envolve o professorado (1976). Nota sobre os problemas infra-estruturais da UFBA que estava faltando até sala de aula (1977). A luta pela liberdade de críticas e a constituinte livres, questionamento sobre para onde vai o dinheiro da Universidade Católica de Salvador.

No Cálice jornal estudantil de Vitória da Conquista a crítica contra a política existente foi mais contundente alegando que esta condiciona escolas, professores, alunos e funcionários a uma estrutura educacional que deturpa a formação do estudante,

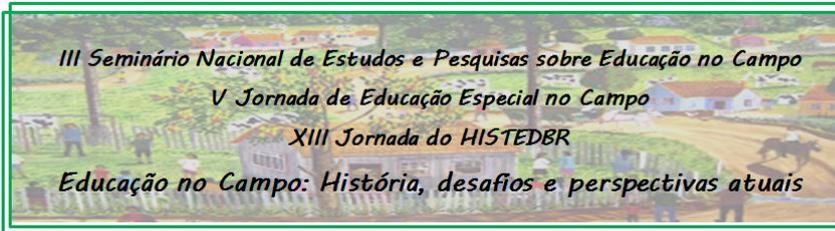


diminuindo-lhe possibilidade de entrar na universidade, enquanto estabelece um processo que afasta as classes menos favorecidas da escola, pois estas não ao mesmo tempo estudar e atender às suas necessidades de sobrevivência; Na situação em que se encontra o ensino do 1º e 2º graus, podemos esperar que a universidade esteja decente?" (Descrição da situação em que se encontra as universidades no período (1976), Manifesto do Diretório Acadêmico da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista, reclamando acerca de todas as modalidades de educação no município (1978).

No jornal O Constituinte de Muritiba-BA, nos chamou atenção um debate com as cinco chapas organizadas na Universidade de São Paulo e com dois DCE's e dois Diretórios Acadêmicos no Rio e sua influência nos movimentos baianos na luta pela Constituinte. Uma nota sobre os estudantes secundaristas que desde 1968 perderam o direito de elegerem suas próprias entidades de representação, transformadas em centros Cívicos dirigidos por professores indicados pelas diretorias dos colégios. Também foi o primeiro jornal a trazer as preocupações do movimento feminino pela anistia como sendo a resposta mais coerente que um grupo de mulheres baianas decidiu dar ao chamamento do Ano Internacional da Mulher, ou seja, a participação da mulher integralmente no destino do seu país e este envolve toda a problemática social e política, não somente a sua posição no lar e no trabalho (1977).

O Jornal Nova Ação de Salvador apresenta notas contra as fundações de ensino e o crédito educativo e em prol do ensino gratuito para todos os níveis, também sobre as péssimas condições de ensino na Bahia principalmente materiais, e defende melhores condições para o mesmo. Faz um paralelo entre o papel que a Universidade exerce na sociedade defendendo o movimento político de luta democrática em prol de uma universidade livre da repressão. Informa o quanto o retorno dos movimentos estudantis no país como divisor de água para o cenário político juntamente com os trabalhadores em prol da luta pela liberdade. Faz uma crítica a censura e defende a liberdade de criação (1977).

Faca Amolada jornal de Salvador traz um balanço sobre o movimento dos estudantes que saíram as ruas em todo o país protestando contra o regime de excessão e



defendendo uma anistia livre e irrestrita para os presos políticos, liberdades democráticas e melhores condições de vida para a população (1978).

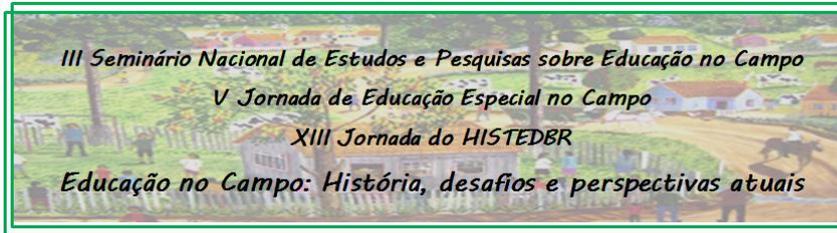
A Voz Estudantil jornal de Vitória da Conquista apresenta notas dos estudantes do IEED (Escola Normal de Vitória da Conquista) que falam que sentem na pele a repressão dentro do colégio principalmente por parte da diretoria em que precisam se encontrar clandestinamente para tratar de assuntos relacionados ao ensino. Defendem a liberdade de expressão e pensamento. Crítica dos estudantes do Juvêncio Terra, Colégio Paulo VI (particulares) e Centro Integrado (estadual) contra a falta de liberdade de expressão e pensamento presente neste colégio. Notícia sobre os estudantes do Colégio Normal Diocesano que manifestaram o autoritarismo da diretoria e repressão, onde se atrasar um pouco o pagamento não podem frequentar as aulas (1979).

O jornal Feijão de Salvador desde 78 centra suas discussões com a retomada da organização dos professores da rede particular, em Salvador, que nasceu a oposição sindical, e a luta por melhores condições de ensino, campanhas salariais, da organização dos professores nas escolas, das greves e Assembleias (1981).

E o jornal Dimensão de Itapetinga-BA traz o I Congresso Nacional pela Anistia que ocorreu em Salvador, debatendo pautas como luta dos trabalhadores do campo e da cidade, legislação de exceção e aparelhos repressivos, torturados e mutilados, exilados e expulsos, organização política do movimento pela anistia. Os estudantes, setor que mais sofreu repressões durante esses 15 anos, é também o setor que mais rapidamente se mobilizou para lutar pela liberdade e pela democracia no País, ao lado das lutas desenvolvidas contra o baixo nível de ensino implantado com a reforma universitária e dos cursos de segundo grau (1979).

Considerações finais

Este texto resulta de uma primeira análise feita a partir do rastreamento, catalogação e uma primeira classificação dos conteúdos das fontes documentais e bibliográficas visando o entendimento das principais preocupações apresentadas naquele momento no que tange a educação.

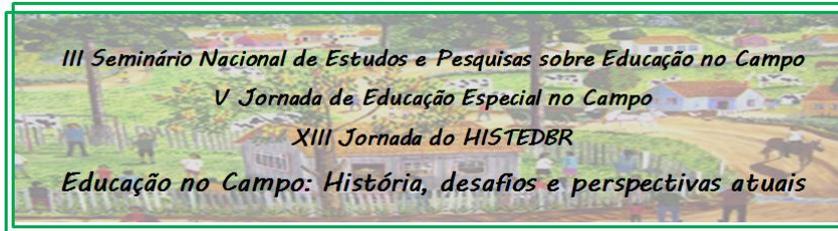


Nessa incursão foram encontrados projetos de lei, livros de atas, leis, resoluções e correspondências relacionadas com a política educacional, registros /iconográficos sobre o encontro de representantes do MOBREAL no município de Vitória da Conquista, e também jornais de outras localidades baianas que noticiavam, propostas para o ensino infantil até a educação superior, como também reivindicações estudantis e docentes; carência de verbas para a melhoria da educação, campanhas e apresentação de programas, a fim de sanar os déficits do ensino. Como também foram identificados jornais de oposição ao regime, de cunho estudantil, apresentando os focos de resistência existentes no estado da Bahia além de informar perseguições aos considerados subversivos, entre as décadas de 1960 – 1980.

A fim de captar o movimento realizado pela política educacional baiana entre as décadas de 1964 e 1985, levantamos jornais tanto da situação quanto da resistência que nos permitiram analisar as contradições, confirmações, lacunas, silenciamentos e/ou reafirmações de um conturbado contexto, onde no que corresponde a educação e as reformas educacionais de 1968 e 1971, tiveram grande impacto nas instituições de ensino e por consequência também nos movimentos estudantis de resistência que de certa forma, refletiam a discrepância entre a proposta e a prática, entre o discurso e a efetivação, entre o plano idealizado e o implantado.

No presente texto apresentamos um esboço de uma parte da documentação analisada e para além do que relatamos, podemos observar que as políticas propostas pelo governo civil-militar alcançaram a Bahia, visando operacionalizar o sistema educacional planejado dentro da ótica do mercado de trabalho, provendo um Ensino Médio que atendesse às massas e por outro lado, um Ensino Superior, reservado para atender as demandas de formação de professores para esse mesmo nível de ensino conforme fora previsto pela lei 5.692/71 e a reforma Universitária 5.540/68.

Defendia-se também publicamente a profissionalização da escola média com o objetivo de contenção das aspirações ao ensino superior e estabelecendo relações entre a necessidade contextual de formação de quadros para a indústria, as interferências e/ou influências internacionais neste processo e a formação da classe trabalhadora no contexto político e social.



Contudo, esta foi apenas uma primeira apresentação da pesquisa que está em andamento. Estamos nos debruçando em todo o material coletado, que renderá posteriormente análises futuras e mais aprofundadas do tema em questão.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Plano Integral de Educação e Cultura do Estado da Bahia**. Governo de Luís Viana Filho. (documento oficial). Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1969a. Volume I.

_____. **Plano Integral de Educação e Cultura do Estado da Bahia**. Governo de Luís Viana Filho. (documento oficial). Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1969b. Volume II.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **A construção da Universidade Baiana**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)**. 133f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História da UFBA. Salvador: UFBA, 2003.

_____. **O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)**. 242 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós Graduação em História da UFBA. Salvador: UFBA, 2008.

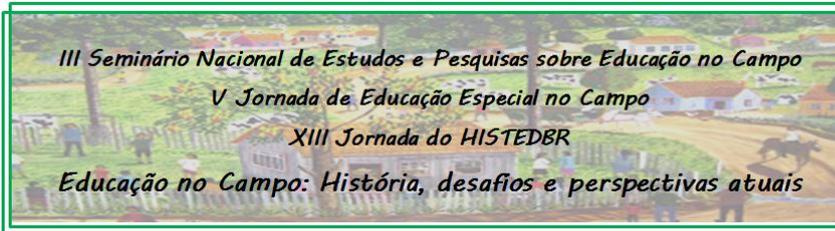
DIAS, José Alves. **Rumo ao palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)**. 218f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

_____. A consumação do golpe e o movimento estudantil baiano contra a ditadura. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, nº 55, p. 195-212, 2014.

MARQUES, Maria Inês Corrêa. **UFBA na Memória 1946-2006**. Salvador: EDUFBA, 2010.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo.; CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. Trajetória do movimento estudantil e expectativas sociais dos estudantes brasileiros: 1960-1980. In: **Revista Histedbr On-line**. Campinas, n.55, mar 2014. p.180-194.

SILVA, Sandra Regina Barbosa da. **“Ousar lutar, ousar vencer”:** histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). 180f. (Dissertação) - Programa de Pós Graduação em História Social da UFBA. Salvador: UFBA, 2003.



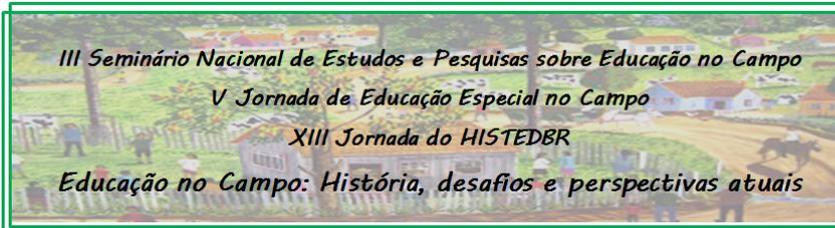
Fontes Documentais levantadas pelo projeto: Processos autoritários e ditadura militar: sua incidência sobre o passado e o presente da educação baiana

Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista:

- APMVC - CÂMARA MUNICIPAL. Projetos de Leis, Leis, Resoluções e Decretos. Vitória da Conquista: APMVC, 1964-1985. (30 caixas).
- APMVC - CÂMARA MUNICIPAL. Livros de Ata. Vitória da Conquista: APMVC, 1964-1985. (24 livros).
- APMVC - CÂMARA MUNICIPAL. Registros Fotográficos do primeiro encontro do MOBREAL. Vitória da Conquista: APMVC, 1972. (16 registros).
- O Jornal O Sertanejo, 1964 (1 encadernação)
- O Jornal O Sertanejo, 1965 (1 encadernação)
- O Jornal O Sertanejo, 1968 (1 encadernação)
- O Jornal O Sertanejo, 1969 (1 encadernação)
- O Jornal O Sertanejo, 1970 (1 encadernação)
- O Jornal O Sertanejo, 1971 (1 encadernação)

No Arquivo privado do prof. Dr. Ruy Hermann Medeiros

- O Fifó – 1977 (2 encadernações)
- O Jornal de Conquista – 1969-1971 (1 encadernação)
- O Jornal de Conquista – 1970-1971 (1 encadernação)
- O Jornal de Conquista – 1972-1974 (1 encadernação)
- O Jornal de Conquista – 1974-1975 (1 encadernação)
- O Jornal de Conquista – 1975-1977 (1 encadernação)
- O Jornal de Conquista – 1977-1979 (1 encadernação)
- O Jornal de Conquista – 1981-1990 (1 encadernação)
- Jornal de Debates (Rio/São Paulo) 1973 (1 encadernação)
- O Jornal – 1965-1969 (1 encadernação)
- Jornal Tribuna do Café – março de 1977 à agosto de 1977 (1 encadernação)
- Jornal Tribuna do Café – maio de 1977 à dezembro de 1977 (1 encadernação)
- Jornal Tribuna do Café – dezembro de 1977 à dezembro de 1978 (1 encadernação)
- Jornal Tribuna do Café – 1978 (1 encadernação)
- Jornal Tribuna do Café – agosto de 1978 à outubro de 1978 (1 encadernação)
- Jornal Tribuna do Café – janeiro à dezembro de 1979 (1 encadernação)
- Jornal Tribuna do Café – janeiro à julho de 1979 (1 encadernação)
- Jornal Tribuna do Café – julho à novembro de 1979 (1 encadernação)
- Jornal Tribuna do Café – janeiro a dezembro de 1980 (1 encadernação)
- Jornal Tribuna do Café – julho à dezembro de 1980 (1 encadernação)
- Jornal Tribuna do Café – outubro de 1980 à dezembro de 1980 (1 encadernação)
- Jornal Tribuna do Café – janeiro de 1981 à outubro de 1982 (1 encadernação)
- Jornal Política (Rio de janeiro) – 22/10/1971 à 02/01/1972 (1 encadernação)
- Jornal Política (Rio de janeiro) – 03/01/1972 à 14/05/1972 (1 encadernação)
- Jornal Política (Rio de Janeiro) – 15/05/1972 à 08/10/1972 (1 encadernação)



- Jornal Política (Rio de Janeiro) – 1973 (1 encadernação)
- Jornal Dimensão (Itapetinga) – 1980-1999 (1 encadernação)

No Museu Regional – Casa Henriqueta Prates:

- O Fifó – novembro de 1977 a janeiro de 1978 (1 encadernação)
- Jornal Dimensão – novembro de 1979 a janeiro de 1997 (1 encadernação)
- Revista Anistia – 1978; Jornal Feijão – 1981; Jornal Da Constituinte – 1977 (Todos na mesma encadernação)
- Jornal Opinião; Jornal Em Tempo; Jornal Nós Mulheres; Jornal De Fato; Jornal O Trabalho – 1975 a 1980 (Todos na mesma encadernação)
- Jornal O Pasquim – 18 de setembro de 1975 a 12 de fevereiro de 1976 (1 encadernação)
- Jornal O Pasquim – fevereiro de 1976 a maio de 1985 (1 encadernação)
- Jornal O Mutirão – 1977 a 1979 (1 encadernação)
- Jornal O Cálice – 1976 a 1981 (1 encadernação)
- Jornal Nova Ação – 1977; Jornal Perspectiva universitária – 1971; Jornal Pé na Estrada – 1980; Jornal do 22 – 1979; Jornal Voz Estudantil – 1979; Jornal Faca Amolada – 1978; Jornal Assuntos – 1977; Jornal Opinião – 1976; Jornal Viração – 1976-1977; Jornal do CPEA – 1979 (Todos na mesma encadernação)
- Jornal O Inimigo do Rei – 1978-1980 (1 encadernação)